

GAZETA

DOS FAZENDÁRIOS

**Ela está vindo,
e agora?**

O período de seca deve impactar fortemente a economia tributária do Estado, **mas estamos preparados para ele?**



sifam.org.br





EXPEDIENTE

Entender a intrínseca relação entre os fenômenos naturais e a economia estadual é de suma importância para se manter a fisiologia da arrecadação tributária no Amazonas. Há muito, ficou para trás a ideia das políticas fiscais que relegam ao segundo plano os impactos do meio ambiente em seus relatórios de estatística.

Este ano, precavidamente, as autoridades fazendárias do Estado estão levando em conta o conceito de sustentabilidade inserido na relação entre as atividades tributárias em suas metas e planos e a biosfera, com suas dinâmicas, geralmente mais lentas. Mas será o suficiente?

Lembremos que a estiagem do ano passado implicou em custos extras de R\$ 1,4 bilhão o principal motor da economia amazonense, o Polo Industrial de Manaus (PIM), que diminuiu a produção diante da falta de insumos e da dificuldade para escoar os produtos finais.

Isso dá uma mostra clara da fragilidade de se acomodar projeções de cenários políticos ou macroeconômicos sem esse olhar cuidadoso sobre as questões ambientais.

É necessário se pensar alternativas e ações factuais, e nesse sentido a dragagem das principais vias fluviais e as obras de recuperação asfáltica da BR-319 vão ao encontro dessa visão preventiva de futuro.

Nesta edição, nosso articulista Josué Nobre faz um relato bem humorado sobre uma tentativa de briga por causa de um balancete financeiro, além da situação da forte estiagem que já começou em várias regiões do Estado e sobre o atual momento da URV.

Boa leitura!

Emerson Queirós
Presidente

Jornalista
Henrique Xavier

Designer
Lucas França

DIREÇÃO SIFAM

Presidente
Emerson Queirós

Vice-presidente
Malisson Medeiros

Diretor Financeiro
Bruno Paixão

Secretária-Geral
Andréa Gonçalves

Diretor Administrativo

Diretor de Imprensa e Divulgação
Vanderlan Pires

Diretor Intersindical
Anderson Clayton

Diretor Social
Leonardo Jamus

1.000 exemplares
92 3611 1264
@sifam_1988

Rua Franco de Sá, 270
salas 403/404/405/407
São Francisco.

A Gazeta dos Fazendários é uma publicação do **SIFAM** (Sindicato dos Fazendários do Amazonas)

www.sifam.org.br

SUMÁRIO

OBRAS DE ASFALTAMENTO DA RODOVIA SEGUEM A TODA, GARANTE DNIT

8.

O espaço entre os quilômetros 198 e 250 do chamado “Trecho do Meio” da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO), estarão asfaltados completamente ainda este ano.

O QUE É?

11.

Entrei para o quadro pessoal de concursados da Secretaria de Fazenda em março de 1968, dois meses antes da data marcada na história mundial como o mês em que os estudantes demonstraram sua intenção de transformar o mundo. Influenciados pelos ideais anarquistas de mudança, os jovens franceses iniciaram protestos que resvalaram sobre os banqueiros capitalistas, o que inspirava muitos estudantes à época, eu, inclusive.

PROCESSO JUDICIAL AVANÇA PARA A FASE DE EXECUÇÃO

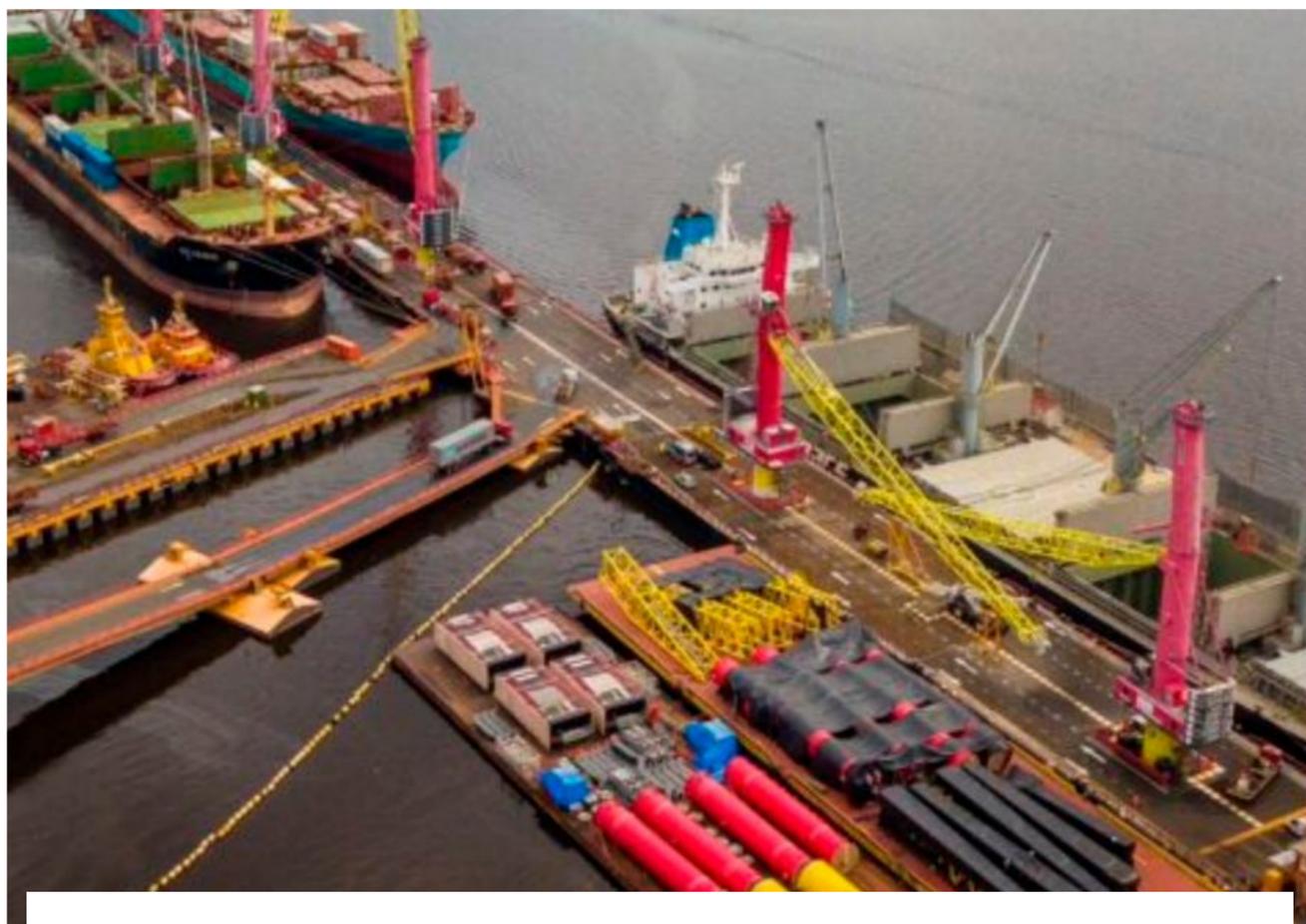
12.

A preocupação em relação à demora no julgamento do processo levou o SIFAM, ainda em meados do ano passado, a entrar com pedido na Alta Corte para que a matéria passasse a ter prioridade processual

PÚBLICA COMPLETA NOVE ANOS DE CRIAÇÃO

15.

Moldada na luta pela defesa do serviço público de qualidade, a instituição fortalece sua atuação em demandas específicas das carreiras típicas de Estado



ELA ESTÁ VINDO, E AGORA?

O PERÍODO DE SECA DEVE IMPACTAR FORTEMENTE A ECONOMIA TRIBUTÁRIA DO ESTADO, MAS ESTAMOS PREPARADOS PARA ELE?

Volume de chuvas abaixo da média, calor excessivo e redução do leito dos rios fizeram soar o alerta dos especialistas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam),

dos órgãos de defesa civil e economistas locais para a tomada de medidas preventivas contra a estiagem que deve ocorrer dentro de até 12 semanas. De acordo com os estudos divulgados pela

entidade, o Amazonas deverá passar novamente por uma seca violenta semelhante à de 2023, cujos efeitos mais imediatos, além da redução da navegabilidade nos rios, serão sobre a economia da região.

O documento aponta que a logística será sentida tão logo a vazante alcance quatro metros no leito dos rios Solimões, Amazonas, Madeira e Tapajós, que somam juntos cerca de 4.695 quilômetros em extensão de hidrovias pelas quais, em 2023, foram transportadas 78,2 milhões de toneladas de cargas, somando 55% do que foi movimentado dentro do país desta forma.

Monitoramento

Nos últimos 12 meses até abril deste ano, o Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico registrou déficit de 27% nos volumes de chuvas.

Ainda de acordo com o estudo, hidrovias importantes como a do Rio Madeira são as mais impactadas com a descida das águas.

“SE A COTA ATINGE A MARCA ABAIXO DE 4 METROS, JÁ SE INTERROMPE A NAVEGAÇÃO NOTURNA. CONFORME VAI BAIXANDO, PODE CHEGAR À INTERRUÇÃO COMPLETA. A MESMA COISA ACONTECE NA BACIA DO TAPAJÓS”, EXPLI-

COU O ANALISTA DA CENSIPAM, FLÁVIO ALTIERI.

Impactos

A sazonalidade da seca na Amazônia ocorre em etapas desiguais na região. Portanto, os indicativos variam conforme o período de estiagem, que costuma atingir o ápice nos meses de setembro e novembro.

“Sabemos que a estiagem é um fenômeno cíclico, sobre o qual não temos controle, mas que podemos trabalhar medidas preventivas. O que se pode depreender da seca no ano passado é que, além das ações emergenciais, precisamos efetivamente de soluções estruturantes que reduzam os impactos sobre a economia”, alertou o economista e presidente do Sindicato dos Fazendeiros do Amazonas (SIFAM), Emerson Queirós.

A seca histórica no Amazonas, que durou até o fim do ano passado, impactou a indústria do Estado e implicou R\$ 1,4 bilhão de custos extras às empresas, que diminuíram a produção diante da falta de insumos e da dificuldade para escoar os produtos finais.



NOS ÚLTIMOS 12 MESES ATÉ ABRIL DESTA ANO, O MONITOR DE SECAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO REGISTROU DÉFICIT DE 27% NOS VOLUMES DE CHUVAS PERÍODO

“A ESCASSEZ DE RECURSOS E A INTERRUÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS PODEM LEVAR AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA NA REGIÃO”, ENFATIZOU O SUBCOORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (PPG-ECO/UFAM), LUCAS VICTOR SOUSA

Precauções

Quase no fim do último mês de julho, o Estado anunciou as medidas fiscais e ações judiciais para minimizar os impac-

pactos da estiagem prevista para este semestre sobre as atividades econômicas.

A ideia, de acordo com a administração pública, é garantir a competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM), e das empresas de comércio e serviços locais ante as dificuldades logísticas que devem se abater sobre o transporte de produtos, além de garantir capital de giro durante a estiagem.

Medidas

Entre as medidas apresentadas pelo governador Wilson Lima (União Brasil) que devem garantir também a arrecadação de tributos durante a estiagem, está a ampliação do prazo de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte tributária estadual, e que tem o comércio como o setor com maior fatia na participação.

“SE O EMPRESÁRIO ESTIVER DEVENDO, POR EXEMPLO, R\$ 1 MIL EM TRIBUTOS, ELE PAGA R\$ 500 INICIALMENTE, PODERÁ ANTECIPAR A COMPRA E ESTOCAR O PRODUTO PARA QUE NÃO TE-

NHA DIFICULDADE NO MERCADO E DESABASTECIMENTO COMO OCORREU NO ANO PASSADO”, EXPLICOU O GOVERNADOR WILSON LIMA.

Além do ICMS, a medida valerá para os fundos e contribuições financeiras como o FTI, FMPES, UEA e FPS. “Se a gente não tiver o fator econômico resolvido, nenhum outro setor se desenvolve. Não conseguiremos desenvolver políticas de proteção ambiental e políticas sociais. A atividade econômica gera



emprego, gera renda e desenvolvimento”, acrescentou.

Monitoramento

Nos últimos 12 meses até abril deste ano, o Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico registrou déficit de 27% nos volumes de chuvas.

Ainda de acordo com o estudo, hidrovias importantes como a do Rio Madeira são as mais impactadas com a descida das águas.

PERSONAL PILATES

ACOMPANHAMENTO PERSONALIZADO

OFERECEMOS

- Liberação Miofascial
- Aplicação de kinesiologia taping
- Ventosaterapia
- Auriculoterapia
- Acupuntura para controle de dores
- Reabilitação neurofuncional e ortopédica



AGENDE AGORA MESMO SUA AULA EXPERIMENTAL!

(92) 99410-0477

(92) 98493-7993



R. Curitiba, 200 - N. Sr^a. das Gracias.
Manaus - AM, 69053-160



OBRAS DE ASFALTAMENTO DA RODOVIA SEGUEM A TODA, GARANTE DNIT

ESSA PAVIMENTAÇÃO É ALVO DE CONTROVÉRSIAS QUE JÁ DURAM DÉCADAS, VEZ QUE É CONSIDERADA POTENCIALMENTE CATASTRÓFICA POR PESQUISADORES QUE ESTUDAM O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

O espaço entre os quilômetros 198 e 250 do chamado “Trecho do Meio” da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO), estarão asfaltados completamente ainda este ano.

A garantia foi dada à equi-

pe da Gazeta Fazendária®, no fim de julho, por representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT).

Em nota, o DNIT explicou que a rodovia tem cerca de 900 quilômetros de extensão no total, e é a única

ligação terrestre entre Manaus e o restante do país, mas o trecho de terra por dentro da floresta costuma ficar intransitável durante o período de chuvas.

“As obras de asfaltamento seguem em ritmo acelera-

do, conforme o cronograma previamente acertado, e sempre acompanhando as políticas sociais e medidas de reforço para proteção do meio ambiente em especial nos trechos mais sensíveis”, informou o órgão.

A RODOVIA CRUZA UMA DAS PORÇÕES MAIS AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS DA AMAZÔNIA E TEM METADE DOS SEUS 900 QUILOMETROS SEM ASFALTAMENTO, EXPLICOU O DNIT

Monitoramento

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), responsável político pela fiscalização e monitoramento das obras de recuperação e pavimentação da rodovia, usou as redes sociais para se manifestar sobre a batalha judicial que as obras vêm enfrentando.

“É claro que não podemos fazer a BR-319 a qualquer custo. Precisamos agir com cautela, com cuidado ambiental, com desenvolvimento sustentável, monitoramento e responsabilidade. Precisamos respeitar a decisão judicial, mas devemos recorrer quando os interesses sociais e ambientais estão em

jogo e em perigo, e quando vidas humanas estão em risco”, disse Braga.



Trecho do Meio

A pavimentação do “Trecho do Meio” da BR-319, localizado entre o km 177,8 e o km 655,7 - o mais crítico - e a adequação do trecho rodoviário Trevo do Roque, localizado no entroncamento com a BR-364, divisa do Amazonas com Rondônia, agora está no Projeto de Lei (PL) para criar PRDA para o período de 2024 a 2027.

Esse asfaltamento é alvo de controvérsias que já duram décadas. Políticos e empresários fazem pressão pela obra, que é considerada potencialmente ca-

tastrófica por pesquisadores que estudam o desmatamento na Amazônia. Para o economista e presidente do SIFAM, Emerson Queirós, é inegável a importância estratégica da BR-319 para a chegada de insumos ou escoamento da produção do Polo Industrial de Manaus (PIM).

“Para além do aspecto da integração e desenvolvimento dos municípios no entorno, temos de discutir a expectativa das vantagens sociais, econômicas e logísticas a partir da efetiva recuperação e asfaltamento dessa estrada, fatores que precisam caminhar lado a lado com os cuidados para a preservação do meio ambiente”, enfatizou o presidente do SIFAM, Emerson Queirós.

História

Iniciada na chamada “Marcha para o Oeste”, conjunto de ações lançadas no fim dos anos 1930, com a estratégia de ocupar e ligar a Amazônia ao restante do Brasil, a pavimentação da BR-319 virou um plano central de governo durante a ditadura militar (1964-85) sob o slogan “Integrar para não entregar”.

SUPER[®] CÉREBRO

ESSENCIAL PARA A SUA CARREIRA!



Desenvolver **SOFT SKILLS** nunca foi
tão **importante** quanto **agora!**



PARA OBTER MAIS INFORMAÇÕES:

☎ (92) 99324-1318

✉ aleixo.am@franquiasupercerebro.com.br

📱 @supercerebro.manaus.aleixo



O QUE É? O QUE FOI?

O BALANCETE FINANCEIRO
POR **JOSUÉ NOBRE**

Entrei para o quadro pessoal de concursados da Secretaria de Fazenda em março de 1968, dois meses antes da data marcada na história mundial como o mês em que os estudantes demonstraram sua intenção de transformar o mundo. Influenciados pelos ideais anarquistas de mudança, os jovens franceses iniciaram protestos que resvalaram sobre os banqueiros capitalistas, o que inspirava muitos estudantes à época, eu, inclusive.

Tinha acabado minha graduação recentemente, e do alto dos meus 85kg de músculo conquistados no judô e na prática da natação, vinha na gana de mostrar serviço, com mais vontade de vencer que um boleto da Cosama.

Após alguns meses no Setor de Contabilidade, fui para o Departamento da Receita do Interior, um dos locais mais complicados (disseram-me!), onde tinha de lidar com aporrinhado o tempo todo.

Ali, instalado na minha mesa, no cargo de oficial de exatoria, sob a coordenação do saudoso Adalberto Meneses, então diretor do

DRI, e de Raynier Omena, chefe da Seção de Controle da Arrecadação do Interior, recebi a tarefa de conferir os balancetes mensais que os exatores dos municípios enviavam.

O procedimento, embora demorado, era simples, e após a averiguação dos números, era feita, caso necessário, a chamada 'promoção', uma espécie de relatório que detalhava tintim por tintim todas as irregularidades observadas nas contas vindas do interior.

Em certa ocasião, após conferir o balancete mensal de uma importante agência da região do Médio Solimões, notei várias notas fiscais que foram encaminhadas sem o devido lançamento de tributos. relatei o fato ao chefe do DRI que de imediato concordou com a minha observação e me autorizou que cobrasse explicações para o fato.

Dias depois, um sujeito maceta apareceu lá pela sede da Sefaz. Era o chefe da agência citada que vinha com sangue nos olhos a fim de estrunchar o primeiro que dissesse que ele era lindo. Mal abriu a porta, e na força do



ódio já foi logo perguntando quem era o tal Josué Nobre. Ao me identificar, o galeroso foi direto lá na minha mesa e ficou rosnando, enquanto impávido eu o encarava, mas entendendo bulhufas do que estava rolando. No entorno, eu ouvia a gritaria dos colegas, prenunciando o início de uma baixaria. Foram segundos de pura tensão que pareceram horas, até que a 'ficha caiu' e eu percebi que aquele era o cara a quem eu tinha pedido explicações. O mau elemento percebeu que não valia a pena sujar a camisa dele com meu sangue, e ato contínuo desistiu da agressão física, pegando o beco com destino algures. Ele nunca mais foi visto na Sefaz.



PROCESSO JUDICIAL AVANÇA PARA A FASE DE EXECUÇÃO

A PREOCUPAÇÃO EM RELAÇÃO À DEMORA NO JULGAMENTO DO PROCESSO LEVOU O SIFAM, AINDA EM MEADOS DO ANO PASSADO, A ENTRAR COM PEDIDO NA ALTA CORTE PARA QUE A MATÉRIA PASSASSE A TER PRIORIDADE PROCESSUAL

A pós a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça

(STJ) ter rejeitado os embargos de declaração oposto pela Procuradoria Geral do Estado (PGE-AM), a Diretoria Executiva do Sindicato dos Fazendários do Amazonas (SIFAM) deu início à coleta de assinatura para entrega da documentação da URV, conforme exige o trâmite legal.

A primeira parte do processo judicial que já se arrasta por quase 22 anos, ganhou celeridade e se encontra atualmente na fase de execução na última instância da Justiça Federal, que constatou não haver vícios de obscuridade ou omissão, conforme alegava a PGE-AM.

O CHAMADO “VÍCIO DE OBSCURIDADE” EM UM PROCESSO JUDICIAL SE DÁ QUANDO OCORRE FALTA DE CLAREZA NA FUNDAMENTAÇÃO DO JULGADO, TORNANDO DIFÍCIL SUA EXATA INTERPRETAÇÃO. ESSA FALTA DE CLAREZA NA ARGUMENTAÇÃO DE UM ADVOGADO AUTORIZA A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS.

“Com a rejeição dos embargos de declaração, o STJ impôs uma dura derrota para a PGE-AM. Damos um passo importante para o entendimento jurídico de que temos direito ao pagamento da URV”, enfatizou o presidente do SIFAM, Emerson Queirós.

A preocupação em relação à demora no julgamento do processo levou o SIFAM, ainda em meados do ano passado, a entrar com pedido na Alta Corte para que a matéria passasse a ter prioridade processual.

Para alcançar um ponto de vista judicial favorável, o Sindicato sustentou a tese de que boa parte dos filiados incluídos no processo da URV é composta de idosos, numa faixa compreendida entre 60 e 80 anos, o que estabelece o critério de prioridade baseado no Estatuto do Idoso.

Convocatória

A coleta de assinatura, iniciada na segunda me-

tade do último mês de julho, é para questões de legalização do escritório Pestana & Cabral, atualmente responsável prioritário pelo processo após a substituição do advogado João de Deus, que deixou o caso em meados de março.

A lista com a convocatória de 202 nomes obedeceu o critério de idade, priorizando os aposentados e pensionistas. A lista completa pode ser acessada no site do Sindicato (www.sifam.org.br).

“Os que não estão na lista, não se preocupem. Uma segunda chamada será publicada até o próximo mês de setembro. Nenhum aposentado será excluído. São três documentos que precisam ser assinados para receber os valores, por isso pedimos a todos que não se demorem a comparecer à sede do Sindicato para efetuar esse procedimento”, explicou o presidente Emerson Queirós.



PÚBLICA COMPLETA NOVE ANOS DE CRIAÇÃO

MOLDADA NA LUTA PELA DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE, A INSTITUIÇÃO FORTALECE SUA ATUAÇÃO EM DEMANDAS ESPECÍFICAS DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO

“ Bem acima das montanhas, muito acima das estrelas, onde a vida é contada pelos atos de coragem...”

Que venham novos marcos de lutas e conquistas para a categoria, para a sociedade e para o Brasil.

O SIFAM se orgulha de fazer parte dessa história vitoriosa de apoio e parceria nas ações em prol da defesa do serviço público e da democracia.



Criada no dia 10 de agosto de 2015, a partir da necessidade de reunir as entidades que defendessem o serviço público em um movimento forte e atuante, a Pública Central do Servidor completa nove anos.

Embora nova em sua idade, a instituição traz entre os seus objetivos uma demanda antiga, mas sempre atual – a defesa do serviço público de qualidade, com condições dignas para os servidores.

No cerne de suas atuações, a Pública se orgulha de trabalhar temas importantes para a categoria e para a sociedade de uma forma geral, atuando na luta contra as reformas da

Previdência e Administrativa, no lançamento de movimentos e manifestações por demandas específicas das carreiras e em defesa da democracia.

Ao longo dos seus nove anos, a Central tem participado ativamente, por meio de debates, reuniões e ações conjuntas alinhadas às diretrizes estratégicas de atuação social e política, para a construção de um novo cenário brasileiro onde o serviço público seja protagonista.

A Pública traz o compromisso de agregar entidades sindicais e associativas de servidores das esferas municipal, estadual e federal, exercendo o papel fundamental na dissemina-

ção e avanço do conhecimento e do pensamento crítico.

É uma instituição que já se consagra na defesa dos direitos e dos interesses dos servidores, na melhoria das condições de trabalho e na implementação de políticas que garantam a prestação de serviço público de qualidade para a população, a Pública se orgulha de ser parte integrante na transformação para melhor da realidade institucional estatal brasileira.

A Central é uma instituição que gera políticas para a categoria e para a classe trabalhadora do Brasil. É uma somatória de forças coletivas que se tornam singular, uma entidade que cruzou fronteiras e que já não mais pertence apenas a uma única categoria, é de todo mundo, e todos a ela pertence.